

ANO 8
Nº 30
MAIO/JUNHO
2013

Maranhão Industrial

**Impresso
Especial**

9912238055
FIEMA-MA

CORREIOS



**MAIS TRANSPARÊNCIA.
MENOS CORRUPÇÃO**

AGRONEGÓCIO

Aumento da produção
de grãos atrai empresas

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Uma proposta para a
Amazônia Legal

REFORMA PORTUÁRIA

Mais competitividade
para o país

GASTRONOMIA

Reinventando a
comida maranhense

Uma agência diferente
já nasce com um
nome diferente

Pipa
PUBLICIDADE

Atenção constante às necessidades de cada cliente, este é o nosso diferencial.

A Agência Pipa está sempre ao lado de seus clientes, com um atendimento ativo e que apresenta soluções de comunicação e de marketing.

Temos o compromisso semanal de analisar a situação de cada cliente de nossa carteira para propor ações e peças que irão atender melhor as suas necessidades.

Assim ajudamos nossos clientes a conquistarem novos caminhos e se consolidarem no cenário em que atuam.

Guarde bem essa marca.

Alguns de nossos clientes:



Presidente
Edilson Baldez das Neves
1º Vice-Presidente
Francisco de Sales Alencar
2º Vice-Presidente
José Orlando Soares Leite Filho
Vice-presidentes: Mário Machado Mendes, João de Deus Pires Leal Neto, Cirilo José Campêlo Arruda, Cláudio Donisete Azevedo, Benedito Bezerra Mendes, José de Ribamar Barbosa Belo, João Neto Franco, Júlio Rodrigues dos Santos, João Alberto Teixeira Mota Filho, Francisco de Assis Miranda, Antonio Carlos Lopes Ribeiro, Francisco das Chagas Sousa Nascimento, Ana Ruth Nunes Mendonça, Osvaldo Amaral Pavão, Antônio Rosa Cruz Pereira, Nelson José Nagem Frota, Cintia Ticianeli, João Batista Rodrigues, José Raimundo Nunes Sarmento e Antonio Alves Barbosa.

1º Secretário
Leopoldo Debtz de Moraes Rêgo
2º Secretário
Pedro Robson Holanda da Costa
1º Tesoureiro
Jose de Jesus Reis Ataíde
2º Tesoureiro
Raimundo Nonato Pinheiro Gaspar

SUPLENTES DA DIRETORIA
Clynewton Dias dos Santos, Luís dos Santos Lima, José Antônio Buhatem, Francisco de Assis Gonçalves e Rachid Abdalla Neto.

CONSELHO FISCAL - EFETIVOS
Luiz Fernando Coimbra Renner, Roberto Vasconcelos Alencar e Francisco de Assis Barros Carvalho.

CONSELHO FISCAL - SUPLENTES
Edivan da Silva Amâncio, Carlos Geisel Alves Barbosa e Jair Rosignoli.

DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO À CNI
Efetivos: Edilson Baldez das Neves e Francisco de Sales Alencar.
Suplentes: Alexandre Rodrigues Ataíde e Joanas Alves da Silva.
Presidentes dos Sindicatos afiliados:
Benedito Bezerra Mendes, José de Sousa Oliveira, Fábio Ribeiro Nahuz, William José Nagem, Fabiano Churchill N. Cesar, João Neto Franco, Carlos Geisel Alves Barbosa, Ana Rute Nunes Mendonça, João Carlos Magalhães Lopes, Pedro Robson Holanda da Costa, Raimundo Nonato Gaspar, Edvan da Silva Amâncio, João de Deus Pires Leal Neto, Francisco de Assis Gonçalves, Júlio Rodrigues dos Santos, Luís dos Santos Lima, Antonio Carlos Lopes Ribeiro, José de Ribamar Barbosa Belo, Mário Machado Mendes, Clynewton Dias dos Santos, Manoel de Jesus Silva, Antônio José Sousa Silva, Cláudio Donisete Azevedo, Alexandre Rodrigues Ataíde, Nelson José Nagem Frota, Antônio Rosa Cruz Pereira, Francisco das Chagas de Sousa Nascimento, Nilson Roberto Tagliari e Cintia Ticianeli.

SISTEMA Fiema
Superintendência da Fiema
Albertino Leal de Barros Filho
Superintendência Corporativa
José de Jesus Azzolini
Superintendência Regional do Sesi
Roseli de Oliveira Ramos
Diretoria Regional do Senai e Superintendência Regional do IEL
Marco Antonio Moura da Silva
Assessoria de Comunicação do Sistema Fiema
Fernanda Moraes Rêgo

Maranhão
Industrial

Revista da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão - Fiema
Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N - Cohama - CEP 65.060-645 - São Luís-MA.
Tel: (98) 3212.1816 / 3212.1897 - Fax: (98) 3212.1804
www.fiema.org.br

Edição: Portal Comunicação - portal-com@msn.com
Editora: Cintia Machado

Reportagem: Cintia Machado, Ernesto Batista, Nina Mochel
Fotografia: Herberth Brandão e Banco de Imagens.

Impressão: Linha D'Água
CONTATO COMERCIAL:
(98) 8817.9112 | 8169.9135

As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente o pensamento do Sistema Fiema.

AO LEITOR

Nesta edição, a revista Maranhão Industrial traz como matéria de capa uma entrevista exclusiva com o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, que fala como tornar o brasileiro mais confiante e o país mais competitivo. Entre outras coisas, ele aponta que há ineficiência tanto na alocação dos gastos públicos quanto na sua eficiência. Ele diz que é preciso mais transparência para combater a corrupção.

Você acompanha ainda o interesse de empresas do agronegócio em se instalar no Maranhão devido ao aumento da produção e a logística. É o caso das empresas Notaro e Venko. A matéria trata ainda da retomada da produção de arroz. O Maranhão já é o terceiro maior produtor nacional do grão. Os projetos para ampliar a infraestrutura de armazenagem e escoamento também fazem parte desse cenário.

Na reportagem sobre o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), um resgate sobre a parceria binacional que resultou na criação da Alcântara Cyclone Space e o futuro do Cyclone IV. O projeto tem viabilidade econômica. Além disso, você degusta uma leitura saborosa sobre a reeleitura que os chefs de cozinha estão dando aos pratos típicos maranhenses.

Aproveite a sua leitura e até a próxima.

A editora



Capa 10
Mais transparência.
Menos corrupção

Maranhão Industrial

SEÇÕES

Palavra do presidente 5

Recortes 6

Entrevista 10

Cultura 36

Gastronomia. Reinventando a
comida maranhense



Agropecuária 16
Aumento da produção de
grãos atrai empresas



**INFRAESTRUTURA DE
TRANSPORTE 24**
Mais competitividade para o país



Ciência e Tecnologia 28
Uma proposta para a Amazônia
Legal



Horizonte Promissor

Para aqueles que desanimaram com a possibilidade de extensão do prazo de implantação de grandes projetos industriais no estado, como a Refinaria Premium I, em Bacabeira, e a fábrica de palletes da Suzano Energia Renovável, em Chapadinha, junho trouxe boas notícias. Novas empresas estão se preparando para se instalar no estado e abrir negócios em segmentos industriais que não existem no Maranhão hoje.

Há a perspectiva real de termos indústrias ligadas à cadeia produtiva da borracha. Recebemos a notícia de que a empresa paulista Correias Mercúrio, fornecedora de correias transportadoras da Vale, entregou a carta de intenções ao governo estadual para viabilizar a instalação de uma planta industrial para atender o mercado das regiões Norte e Nordeste de mineração.

Além disso, a empresa pretende atrair plantas de fornecedores de insumos para compor um parque dedicado a produção de correias transportadoras, com investimento de R\$ 85 milhões, mas o projeto pode chegar a R\$ 130 milhões, caso a empresa fornecedora de borracha e outra indústria de reciclagem deste tipo de produto concordarem em também se instalar no mesmo parque, como é o projeto inicial.

Ao mesmo tempo, tivemos notícias que duas empresas agroindustriais - a Notaro e a Venko - estão acelerando seus planos de ter plantas industriais de beneficiamento de grãos, impulsionadas pela produção recorde de milho e soja este ano. Investimento de R\$

PALAVRA DO PRESIDENTE

Edilson Baldez *

160 milhões.

Em 2013, os produtores maranhenses produzirão 73,2% de milho a mais do que no ano passado e, segundo o IBGE, chegaremos a 1,35 milhão de toneladas colhidas este ano. Com isso passaremos a representar um quarto da colheita de milho produzido no Nordeste.

A soja também continua em expansão. Este ano chegará a colheita recorde de 1,66 milhão de toneladas e está ganhando cada vez mais espaço na pauta de exportação do Maranhão, respondendo por 16% dos embarques de produtos maranhenses rumo ao mercado externo.

Todos estes aspectos nos levam a crer que o setor agrícola está abrindo oportunidades para novos negócios para a indústria. Este é um cenário que indica a verticalização desta cadeia produtiva, um caminho já apontado pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial 2020 (PDI 2020) e que hoje norteia a atuação do Sistema Fiema.

A expansão da colheita de milho e soja também é boa para a nossa indústria de carne que poderá entrar em uma nova fase nos próximos dois anos, uma vez que o estado tem tudo para ser declarado zona livre da febre aftosa ainda este ano, abrindo assim horizontes promissores.

Além destas novas chances, há pelos menos mais dois projetos para produção de cimento e outro para produção de equipamentos para mineração de gipsita em gestação.

Os empresários de outras regiões estão acreditando no crescimento sustentado do Maranhão no médio prazo. Desta forma, mesmo sem os projetos que tanto esperamos nos últimos anos, há novas possibilidades de negócios para serem exploradas. ■

**Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão.*

RECORTES



POSSE I

Foram empossados, no final de junho, o presidente Edilson Baldez das Neves, para seu segundo mandato à frente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (Fiema), os diretores da entidade, delegados e conselheiros fiscais. A solenidade teve a presença do presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, e de mais de dez presidentes de federações das indústrias de outros estados, assim como do ministro do Turismo, Gastão Vieira, do presidente da Embratur, Flávio Dino, e do prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Junior. Baldez deu ênfase ao crescimento industrial vivido pelo estado, afirmou que o cenário traz cada vez mais desafios ao Sistema Fiema no Maranhão e que as parcerias público-privadas serão ampliadas nos próximos quatro anos de gestão.



POSSE II

Em seu discurso, Baldez lembrou que, entre 2009 e 2012, os investimentos no setor privado foram responsáveis pela geração de 73.740 empregos, para os quais o Sistema Fiema contribuiu decisivamente na formação de mão de obra qualificada, habilitando os maranhenses para o preenchimento dessas vagas, assim como as empresas para participarem desses projetos. Baldez apresentou ainda um breve balanço do trabalho do Sesi, Senai, IEL e Federação no período de 2009 a 2012. O presidente da Confederação Nacional da Indústria, Robson Braga, disse na ocasião que a CNI compartilha de todos os projetos da Fiema que criam mecanismos para que o Maranhão e o Brasil cresçam.

CORREIAS TRANSPORTADORAS

A empresa Correias Mercúrio, com sede no interior de São Paulo e com presença em países como Venezuela, Argentina e Chile, anunciou a intenção de investir R\$ 85 milhões para fabricar correias transportadoras em São Luís. A intenção é atender a indústria de mineração do Norte e Nordeste do país. O anúncio foi feito em reunião no Senai, que colocou sua estrutura à disposição da empresa. O projeto prevê a construção de

uma fábrica de correias transportadoras e um centro tecnológico e de treinamento, com 100 mil metros quadrados e geração de 250 empregos diretos. A perspectiva é começar as obras ainda este ano e a operação em 2016, além de atrair um fornecedor de borracha e uma recicladora de correias transportadoras, o que poderá elevar os investimentos para até R\$ 130 milhões.

RESÍDUOS SÓLIDOS

Nos dias 03 e 05 de julho, aconteceram as duas últimas Conferências Regionais do Meio Ambiente de Pinheiro e São José de Ribamar, respectivamente. Entre maio e junho, foram realizadas outras nove conferências. Todas com o objetivo de debater o tema resíduos sólidos de maneira descentralizada e compartilhada com a sociedade, o poder público e o empresariado. Todos esses encontros são preparatórios para a IV Conferência Estadual de Meio Ambiente, agendada para 03 a 05 de setembro deste ano. Produção e consumo sustentáveis, redução dos impactos ambientais, geração de emprego e renda e educação ambiental serão da discussão.

MINERAÇÃO

Após mais de cinco anos de debates, o governo federal apresentou no dia 18 de junho o novo marco regulatório para o setor de mineração. Entre as novidades anunciadas está a configuração da distribuição de royalties para metais nobres. Os municípios produtores ficarão com a maior fatia (65%). Os estados produtores ficarão com 23% e a União com 12%. A alíquota da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem) terá teto máximo de 4%. Além disso, será criado o Conselho Nacional de Política Mineral, órgão encarregado de assessorar a Presidência da República para a formulação de políticas do setor, e terá como objetivo fortalecer a participação do segmento no Produto Interno Bruto (PIB). O atual Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) passará a exercer papel de agência reguladora do setor, sob o nome de Agência Nacional de Mineração. Hoje, a mineração representa apenas 4% do PIB brasileiro.

PARCERIA CHINESA

A estatal Petrobras assinou em junho cartas de intenções com a chinesa Sinopec objetivando tornar viável a construção da Refinaria Premium I, no município maranhense de Bacabeira, distante 58 quilômetros da capital São Luís. Está sendo estudada a eventual criação de uma joint venture entre as duas empresas. A previsão é que a Premium I, com capacidade de 600 mil barris por dia e que entre em operação, em 2017. As cartas de intenções assinadas recentemente não geram obrigação de firmar futuros acordos comerciais ou operacionais, após o resultado dos estudos de viabilidade.

ÁREA PLANTADA

SLC Agrícola, uma das principais produtoras de grãos e fibras do país, enviou comunicado ao mercado para anunciar que arrendará uma área de 19,18 mil hectares nos municípios de Balsas e Tasso Fragoso, no Maranhão, por um período de dez anos. A empresa anunciou que a decisão está “em linha com sua estratégia de crescimento em área plantada”. Devido à proximidade, as lavouras arrendadas serão incorporadas à área das fazendas Parnaíba e Planeste. Como em parte das áreas mencionadas será possível o plantio de segunda safra, a estimativa da SLC Agrícola é que o potencial total de plantio na região em questão chegue a 23,18 mil hectares, que serão semeados já na safra 2013/14.

RETRAÇÃO

Pesquisa realizada pela Fiema mostra a retração do setor da Construção Civil. A sondagem, realizada pela primeira vez em janeiro do ano passado, teve o seu pior resultado em maio de 2013. Os números deixam evidente que o Maranhão está seguindo a tendência verificada para o cenário nacional e regional. O índice do nível de atividade no Maranhão em maio deste ano foi 9,9 pontos, menor que o de igual período de 2012 e 12,1 pontos menor que a média do indicador nos dois anos de aplicação da sondagem no estado. O indicador para o Brasil ficou em 45,5 pontos e para o Nordeste ficou em 45,6 pontos. Outro indicador gerado pela sondagem é a Utilização da Capacidade Operacional (UCO). Segundo este indicador, a UCO recuou 17 pontos percentuais e está em 58% da capacidade do parque disponível no estado para o segmento. Este também é o pior resultado já registrado pela pesquisa.

ARMAZENAGEM

A Vale terá mais agilidade e eficiência na recepção, armazenagem e embarque de grãos e farelo com o aumento da capacidade de armazenamento em 45 mil toneladas. O novo armazém de grãos do Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, em São Luís (MA), o tempo de descarga passou de sete para cinco horas e meia. No embarque de soja e farelo, a empresa passou de 350 mil toneladas/mês para 450 mil toneladas/mês.

INTERNACIONALIZAÇÃO

Abertas as inscrições para o empresariado maranhense que deseja participar das feiras Milano Unica, que acontecerá na Itália; Tex World e Première Vision Plurial, na França. Os eventos são apontados como alguns dos principais acontecimentos da indústria da moda do mundo e acontecerão entre 10 e 19 de setembro. Os empresários que aderirem à missão empresarial prospectiva farão visitas técnicas programadas na área das três feiras internacionais para conhecer as novas tecnologias industriais do setor têxtil e da moda, além de ter contato com empresas do segmento de todo o mundo. Eles também poderão firmar parcerias e fazer negócios. A internacionalização está sendo feita por meio do Centro Internacional de Negócios (CIN), da Fiema.



LOGÍSTICA

A Valor da Logística Integrada (VLI), empresa logística criada pela Vale em 2011, com foco no transporte de carga geral e grãos, tem como opção construir mais um porto no Maranhão, o Terminal Portuário do Mearim, localizado no município de Bacabeira, 60 quilômetros ao Sul de São Luís. O Terminal será dedicado a receber parte da produção de grãos agrícolas do Sul do Maranhão e do Piauí, Tocantins e estados do Centro-Oeste. A VLI anunciou estar interessada nos corredores logísticos Goiás-Maranhão, Minas Gerais-Espírito Santo e Minas Gerais-São Paulo.

RECORTES

MENOS EMPREGOS

A geração de postos de trabalho com carteira assinada teve baixo crescimento, pelo segundo mês consecutivo: foi registrada queda de 0,18% em maio, em comparação a abril, quando foi registrado aumento de 0,49%. Os números divulgados no final de junho são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego. O saldo de pouco mais de 72 mil postos criados é resultado de cerca de 1,8 milhão contratado menos 1,7 milhão demitidos. Esse foi o pior resultado para o período em 10 anos. A Construção Civil foi o segmento que obteve o pior desempenho. Agropecuária, Serviços e Indústrias foram os setores com os melhores resultados.

FERTILIZANTES



Na região do chamado Mapitoba, que inclui os estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia, o índice de crescimento do uso de fertilizantes supera alguns estados importantes na produção agrícola brasileira, como Paraná e Rio Grande do Sul, que no período de 1989 a 2011 ficaram em torno de 5,7% e 3,9%, respectivamente. Na região, o estado do Piauí é líder, passando de 10 mil toneladas em 1992 para 450 mil no ano passado. O crescimento anual deve ficar em torno de 20%, bem acima da média nacional, que é de 5,8%. O volume total da região do Mapitoba chegou a 2,957 milhões de toneladas em 2011. Nos últimos cinco anos, o porto do Itaqui movimentou 154% a mais de fertilizante, chegando a 1,232 milhão de toneladas.

ROTAS ALTERNATIVAS

A produção de grãos em Mato Grosso na safra 2012/2013 será de 10% a mais. Segundo o Boletim da Soja, divulgado pelo Instituto Mato-grossense de Economia e Agropecuária (Imea), o estado pode ter iniciado nesta safra uma nova forma de embarque da soja para exportação, desconcentrando o escoamento de grandes portos e distribuindo em vários lugares no Brasil, a exemplo do Porto do Itaqui (MA) e Santarém (PA). Os portos de Paranaguá e Santos, que são os que mais escoam a soja de Mato Grosso, tiveram diminuição nas exportações nos primeiros cinco meses do ano em relação ao ano passado, de 12% e 6,9%, respectivamente.

BIODIESEL

Inaugura a primeira usina extratora de palma (dendê) no Pará, que é o estado responsável pela produção de 95% do óleo de palma do país. Uma outra usina será construída pela Biopalma da Amazônia S.A, além de uma unidade para transformar óleo em biodiesel. O investimento total é de US\$ 500 milhões. O combustível será usado na frota de locomotivas, máquinas e equipamentos da Vale. A usina tem capacidade de gerar 25 toneladas de óleo por hora e quase todos os resíduos serão aproveitados para geração de 11 MW de energia limpa, além de gerar redução de gases de efeito estufa e sequestro de carbono.

SINALIZAÇÃO TURÍSTICA

Foram liberados os recursos para implantação da sinalização turística em mais de 30 cidades brasileiras, entre elas São Luís. O ministro do Turismo, Gastão Vieira, disse que o Ministério estuda avançar o projeto para os municípios maranhenses de Alcântara e Carolina, que também possuem forte potencial turístico.

“A INEFICIÊNCIA ESTÁ TANTO NA ALOCAÇÃO DO GASTO PÚBLICO COMO NA SUA EFETIVAÇÃO”

Por Cíntia Machado

O presidente da Confederação Nacional da Indústria, Robson Braga de Andrade, que esteve recentemente em São Luís para a posse da nova diretoria da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (Fiema), fala nesta entrevista do cenário macroeconômico do Brasil, do esforço para diminuir juros, controlar a inflação, aumentar a confiança dos brasileiros e elevar a economia nacional a novos padrões de desempenho. Na pauta da CNI estão temas como diminuição dos gastos públicos e a adoção de um marco regulatório do setor portuário que dê agilidade e competitividade internacional aos portos nacionais. Investimentos em outros pilares como educação, inovação, segurança jurídica e tributação também constam no Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022, planejamento em torno do qual somam esforços todas as federações industriais no país. Na entrevista, entre outras coisas, Andrade critica a ineficiência do Estado e diz que isso gera problemas como crescimento do gasto público e a provisão de bens e serviços públicos em quantidade e qualidade inadequadas.



Revista Maranhão Industrial - O Índice Nacional de Expectativa do Consumidor (Inec) caiu 3,5% em junho na comparação com maio e ficou em 110,1 pontos, o nível mais baixo desde junho de 2009. De acordo com a pesquisa divulgada no fim de junho pela CNI, entre os motivos do resultado negativo estão receio do desemprego e inflação. Como o senhor avalia essa mudança?

Robson Andrade – O consumidor reduziu a confiança na abertura de novos postos de trabalho e mais da metade dos entrevistados agora acredita em aumento do desemprego nos próximos meses. A nossa pesquisa mostrou também que os brasileiros esperam mais inflação e estão menos dispostos a comprar bens de maior valor. Tudo isso mostra uma apreensão crescente com o ambiente econômico e uma cautela do consumidor, embora o governo e o Banco Central estejam vigilantes para manter o poder de compra do brasileiro. Precisamos resgatar essa confiança para que a produção e as vendas da indústria voltem a crescer, impulsionando a recuperação econômica num ritmo mais forte.

MI – Como essa mudança de ambiente (maior índice de desemprego e aumento da inflação), além de juros altos e gastos públicos elevados, pode desestimular a atividade produtiva das empresas brasileiras?

“Precisamos resgatar a confiança dos brasileiros para que a produção e as vendas da indústria voltem a crescer”.

Andrade – Um dos motores da economia é o gasto das famílias, ou seja, tudo aquilo que as pessoas compram, tanto a longo prazo como no seu dia a dia, como bens duráveis, semiduráveis e não duráveis. São imóveis, carros, eletrodomésticos, eletrônicos, roupas, calçados e assim por diante. Isso é o que sustenta as vendas da indústria e a atividade produtiva. Sem a confiança dos trabalhadores, o consumo pode diminuir e puxar para baixo as vendas e o faturamento das indústrias. A retomada da alta dos juros e os gastos públicos elevados também atrapalham.

O ideal é que as despesas dos governos com custeio caíssem, permitindo uma redução da carga tributária, o que liberaria recursos para o consumo das famílias e os investimentos públicos e privados.

MI – A CNI, já há algum tempo, defendia que os portos públicos fossem administrados pela iniciativa privada, o que seria um avanço à chamada Lei dos Portos, de 1993. A sanção da presidente Dilma ao novo marco regulatório para o setor, com vetos, e a recente regulamentação da Lei 12.815/2013 atendem as expectativas da indústria brasileira no que se refere a maior aporte de investimentos, agilidade e eficiência portuária, e competitividade em padrões internacionais?

Andrade – A nova Lei dos Portos deu, sem dúvida, um passo decisivo em direção ao aumento da competitividade no setor que, em última análise, significa a melhora da capacidade de concorrer para a maior parte dos segmentos industriais, em especial para os mais diretamente ligados ao comércio exterior. A lei abriu o mercado ao investimento em terminais privados e acabou com a distinção entre carga própria e de terceiros.

Dessa forma, promoveu um marco regulatório moderno, que iguala o Brasil às práticas adotadas hoje no mercado mundial.

MI – O senhor acredita que as recentes manifestações populares que ocorrem em todo o país possam gerar um clima de desconfiança e afastar investidores estrangeiros, especialmente no que diz respeito às novas licitações na área portuária?

A n d r a d e – O empresário que analisar bem as perspectivas e decidir pelo investimento nos portos não se arrepende, uma vez que o Brasil possui um elevado déficit no setor, e a movimentação de cargas nos portos vem crescendo há mais de 10 anos, apesar de todos os problemas que conhecemos. Essa demanda se expande num ritmo muito mais rápido do que o espaço disponível em novos terminais. A procura por serviços mais sofisticados não para de aumentar e nada no horizonte indica o contrário. Investir em terminais é um negócio rentável. Não acredito em um clima de desconfiança capaz de afastar investidores nacionais ou estrangeiros. As recentes manifestações pacíficas fazem parte de um movimento maior de reafirmação da cidadania

que deve nos legar um país melhor.

MI – O Brasil está em posição desfavorável em relação a outros países quando o assunto é eficiência do Estado. Pesquisa recente do Gallup, realizada desde 2005, mostra que no ano passado os brasileiros demonstraram o maior grau de insatisfação em relação a assuntos como serviços públicos, infraestrutura, segurança

“O Estado deve atuar com transparência, o que também é importante para reduzir a corrupção”.

pública e corrupção no governo. Em que medida a corrupção contribui para a ineficiência do Estado e que ações devem ser tomadas para que o Brasil atinja um outro nível em menos de 10 anos, como sugere a CNI?

A n d r a d e – A ineficiência do Estado gera dois problemas. O primeiro é o crescimento do gasto público

que resulta em maior peso tributário sobre as empresas e em redução da poupança do país. Isso diminui os recursos para investimento e dificulta o crescimento. O segundo é a provisão de bens e serviços públicos em quantidade e qualidade inadequadas. Por exemplo, apenas 5,8% da despesa primária do governo federal é direcionada a investimento. No Chile, esse percentual é de 12% e na Coreia do Sul, de 18%. A ineficiência está tanto na alocação do gasto público como na sua efetivação. Apenas 28% do montante destinado a investimentos pelo governo federal para 2012 foram liquidados. Para melhorar sua eficiência, o Estado deve atuar com transparência, o que também é importante para reduzir a corrupção. É preciso aprimorar o processo de construção e execução do orçamento, com regras claras e balanceamento dos custos e benefícios de cada ação.

MI – O Departamento Econômico da Organização das Nações Unidas (ONU) aponta que, enquanto na América Latina a previsão é de uma queda da taxa de inflação entre 2011 e 2013, no Brasil ela seguiu uma tendência contrária. Na avaliação da ONU, a taxa

voltará a ficar em 5,8% em 2013, enquanto a média dos países emergentes teria uma inflação de 5,2%. Entre os países dos Brics (Brasil, Rússia, Índia e China), a previsão da ONU para o Brasil também não é das mais confortáveis. Essa expectativa de crescimento foi considerada no Mapa Estratégico da Indústria? Como atingir a meta para 2022 nesse contexto?

Andrade – O Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022 aponta o caminho que a indústria e o Brasil devem percorrer na próxima década para aumentar os níveis de produtividade e eficiência, e alcançar um elevado grau de competitividade, respeitando os critérios do desenvolvimento ambientalmente sustentável. Desvios dos indicadores macroeconômicos em um ano ou outro no período não devem, em tese, impedir ou prejudicar a consecução das metas. Se a inflação aumentar num ano, mas cair no seguinte e no próximo, há uma compensação natural. O importante é o país investir nos pilares destacados pela CNI no Mapa para criar as condições do crescimento sustentado ao longo do tempo. Um dos pilares é a educação. Também temos eficiência do Estado, segurança

jurídica e desenvolvimento dos mercados, por exemplo, e ainda tributação, financiamento, relações do trabalho e infraestrutura. Não podemos esquecer também a inovação e a produtividade. É um conjunto de fatores que não pode ter o foco desviado em virtude de um ou outro resultado não tão

“O SENAI está expandindo e qualificando sua rede de laboratórios e de escolas para apoiar a inovação e aperfeiçoar a mão de obra”.

favorável na macroeconomia em determinado ano.

MI – Que contribuições a CNI, por meio das entidades que integram o Sistema Indústria, realiza visando o desenvolvimento da economia do Maranhão? Quais são os investimentos e ações, com o apoio da CNI, previstos para os próximos anos?

Andrade – A CNI, com o apoio da FIEMA, atua para promover a

competitividade da indústria brasileira e, naturalmente, do Maranhão. Mantemos um diálogo permanente, transparente e de alto nível, com o governo federal e com os parlamentares. Nessas conversas, sugerimos, de forma transparente, medidas e políticas públicas que reduzam os custos das empresas e garantam o crescimento da economia. O país tem avançado muito na agenda de diminuição dos custos das empresas. Recentemente, o governo reduziu a tarifa de energia, que era uma das mais caras do mundo; está executando um novo modelo de exploração da infraestrutura; e desonerou investimentos e a folha de pagamento. Além disso, o SENAI está expandindo e qualificando sua rede de laboratórios e de escolas para apoiar a inovação e aperfeiçoar a mão de obra para a indústria. O SESI, por sua vez, continua investindo no aumento da escolaridade do trabalhador e em ações que garantam a saúde e a segurança no ambiente de trabalho. ■



EMPRESA QUE INVESTE EM ESPORTE SEMPRE SAI GANHANDO

SEMANA DE PROMOÇÃO DA VIDA SAUDÁVEL

O PAPEL DO ESPORTE NA PROMOÇÃO DA SAÚDE

PROCURE O SESI E CONFIRA A PROGRAMAÇÃO.

(98) 2109-1848 • 3226-1969

Palestras, oficinas e atividades diferenciadas, baseadas em alimentação saudável, gerenciamento do estresse, atividades físicas, comportamento preventivo e relacionamentos saudáveis.

Confira a programação no SESI e participe.

DE 26/08 A 02/09



FIEMA SESI



Iniciativa da CNI - Confederação Nacional da Indústria

AUMENTO DA PRODUÇÃO DE GRÃOS ATRAI NOVAS EMPRESAS PARA O ESTADO

Soja, milho e arroz justificam investimentos em armazenagem, expedição e beneficiamento de grãos no Maranhão



BANCO DE IMAGENS

A safra de grãos 2012/2013 no Maranhão será 16,8% maior do que a safra anterior, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A soja terá um crescimento discreto na produção, de apenas 1,3%. A grande vedete desta safra é o milho, que deverá registrar um incremento real de 69%. O cultivo de arroz, mesmo com perda de área plantada de 6,5%, terá aumento significativo de 13%.

A produção de grãos do estado e da ampla região conhecida como Mapitoba (junção das primeiras sílabas dos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia) estimula investimentos em armazenagem e produção de alimentos no Maranhão.

No ano passado, com a quebra da safra de grãos nos Estados Unidos, o porto do Itaqui exportou 3,2 milhões de toneladas de grãos, previsão que deverá ser alterada este ano. Nos quatro primeiros meses deste ano, a

exportação de soja cresceu 10% se comparada à movimentação do mesmo período do ano passado.

A grande novidade nesses números foram as 1,3 milhão de toneladas de milho (somando-se as duas safras anuais do grão) que nas estatísticas dos anos anteriores sequer aparecia. Segundo o IBGE, este ano a ampliação da área plantada é referente ao milho 2ª safra, mais conhecido como milho safrinha, que é plantado após a colheita da soja, de grande produtividade e acessível aos produtores que utilizam avançadas técnicas agrícolas.

Os números são animadores e apontam em duas direções: exportação para os principais mercados mundiais e beneficiamento do grão em razão da maior disponibilidade da matéria-prima no estado. No primeiro caso, a construção do Terminal de Grãos do Maranhão (Tegram) e a ampliação da capacidade de armazenagem da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) anunciada pelo governo federal são exemplo da posição estratégica do Maranhão no cenário do agronegócio nacional.

O Tegram entrará em operação no primeiro semestre de 2014, com capacidade final, na segunda fase, para até 10 milhões de toneladas. “Com ganhos de produtividade e os 3,2 milhões de toneladas já exportados, o Itaqui poderá chegar a movimentar até 15 milhões de toneladas de grãos por ano”, explicou o presidente da Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), Luiz Carlos Fossati.

Com o Tegram, o estado ganha em maior mecanização do embarque com a utilização de correias transportadoras, o que gera aumento de produtividade; ampliação da infraestrutura de armazenagem e multimodalidade com o recebido da carga via rodoviária e ferroviária, esta com a interligação da Estrada de Ferro Carajás (EFC) e a Ferrovia Norte-Sul (FNS). O investimento da iniciativa privada nessa nova estrutura é da ordem de R\$ 550 milhões.

No caso do anúncio da Conab, feito no início de junho, o objetivo da medida é

permitir que ‘a armazenagem acompanhe o desenvolvimento portuário do Brasil’. A atual capacidade estática de armazenagem pública no estado é de 1,8 milhão de toneladas e os armazéns são direcionados principalmente para atendimento dos programas de Aquisição de Alimentos e Venda em Balcão.

O novo armazém, que deverá consumir R\$ 93,6 milhões na construção, terá capacidade para mais 100 mil toneladas, segundo o anúncio da Companhia. Outras 80 unidades serão reformadas e 10 novas construídas em todo o país ao custo de R\$ 500 milhões. Outras duas unidades, em São Luís e Imperatriz, serão reformadas com investimentos da ordem de R\$ 3,2 milhões.

Na outra ponta, empresas estão se instalando ou ampliando as suas instalações no estado visando beneficiar o grão, aumentando a capacidade do Maranhão em verticalizar a cadeia do agronegócio. Uma delas é a Notaro Alimentos, em Balsas. A empresa, que já atua em todos os demais estados do Nordeste, tem expertise desde a fabricação de ração, passando pelo incubatório, granja de matrizes, sistema de integração até o abate e a exportação do frango.

No Maranhão, a capacidade de receber e armazenar a soja que depois será esmagada e misturada para fabricação de ração animal será de 120 toneladas por hora. Valdemir Pereira, gerente da empresa, disse que 60% da obra está concluída e que a previsão de inaugurar o complexo (ainda sem a granja de matrizes e o incubatório) é em janeiro do próximo ano.

“As granjas com os produtores integrados e o frigorífico virão depois, em uma segunda etapa, pois precisaremos garantir que todos eles tenham o mesmo rigor técnico e de qualidade na condução do negócio”, explicou o gerente.

O negócio deverá gerar 1.400 empregos diretos e outros 3 mil indiretos visando abater, ao final do processo, 150 mil frangos por dia, o que dará entre 7 a 8 milhões de frangos por mês. Metade da produção deverá ser destinada ao mercado externo. Hoje a empresa já exporta para a Ásia e já há novas propostas de países do

Oriente Médio sendo analisadas. “No entanto, hoje o mercado interno remunera melhor”, comparou Pereira. Atualmente, a empresa abate 110 mil frangos por dia em Pernambuco. A previsão de iniciar o abate no Maranhão é final de 2015.

Já a Venko Indústria e Comércio LTDA estuda a transferência de sua planta de São Paulo para o estado com investimento de R\$ 21 milhões. O anúncio foi feito durante a Agrobalsas deste ano. A empresa, que quer produzir alimentos funcionais, foi atraída para o estado pela disponibilidade de matéria-prima e infraestrutura portuária.

O Maranhão, de acordo com dados da Conab, é o segundo maior produtor de soja do Nordeste, perdendo apenas para a Bahia, e o 9º do país. O secretário de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Maurício Macedo, disse que o setor que já é responsável por quase 20% do Produto Interno Bruto do estado – a soma de toda a riqueza que é produzida – vai continuar em expansão e que o distrito agroindustrial de Balsas, região responsável por 95% da produção local de soja, deverá ser entregue até agosto deste ano para continuar estimulando a atração de novos negócios na cadeia de grãos. ■

AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE ARMAZENAGEM E ESCOAMENTO



Em abril, a Sagrima restabeleceu o funcionamento da Câmara Setorial da Cadeia de Produtores de Grãos, cuja formação reúne a própria secretaria, instituições financeiras como Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia; Conab, Aprosoja, Embrapa, Fapcen, Sebrae, Inagro, Sindibalsas e Faema, entre outras. As duas principais

metas da Câmara atualmente são ampliação da armazenagem, concentrada no Terminal de Grãos do Maranhão (Tegram) e da melhoria da infraestrutura de acesso às fazendas, com a pavimentação de 250 quilômetros de estradas no chamado Anel da Soja, já anunciada pelo governo do estado.

MARANHÃO É O TERCEIRO MAIOR PRODUTOR DE ARROZ DO BRASIL

OS CINCO MAIORES > THE FIVE BIGGEST

RANKING COMPARATIVO DE ÁREA, PRODUTIVIDADE E PRODUÇÃO POR ESTADO DAS SAFRAS 2011/12 E 2012/13

Estado	Área (em mil ha)			Produtividade (em kg/ha)			Produção (em mil t)		
	Safra 11/12	Safra 12/13	%	Safra 11/12	Safra 12/13	%	Safra 11/12	Safra 12/13	%
RS	1.053,0	1.066,6	1,3	7.350	7.525	2,4	7.739,6	8.026,2	3,7
SC	150,1	150,1	-	7.180	7.070	(1,5)	1.077,7	1.061,2	(1,5)
MA	426,0	416,2	(2,3)	1.098	1.590	44,8	467,7	661,8	41,5
MT	143,4	166,3	16,0	3.217	3.200	(0,5)	461,3	532,2	15,4
TO	119,9	117,6	(1,9)	3.689	4.131	12,0	442,3	485,8	9,8

Fonte: Conab, no sexto levantamento da safra de grãos, em março de 2013.

Impulsionado pelo bom clima, o Maranhão supera a quebra de safra do arroz registrada no ano passado e, ao lado do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, contribui para o aumento da produção nacional em 3,9%. O Maranhão é o terceiro maior produtor de arroz do país, com produção de 661,8 mil toneladas nesta safra, um aumento, segundo dados da Conab, de 41,5%. No Nordeste, o Maranhão representa 67,4% da colheita.

O incremento no volume do cereal deve-se a ganhos de produtividade em torno de 44,8%. No entanto, 1.590 quilos por hectare representam apenas um terço da produtividade nacional e apenas 20% do desempenho do Sul do país. Além do clima, o aumento da área irrigada e os preços também ajudam na boa performance.

Para melhorar o desempenho na produção de arroz, segundo o secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Cláudio Azevedo, é essencial que o Maranhão aumente sua área de plantio utilizando o sistema de irrigação, permitindo maior produtividade e conseqüentemente o aumento da produção de arroz.

“A produção de arroz no Maranhão começa a despertar o interesse também de grandes produtores, principalmente na Baixada Maranhense, que viram no estado um grande potencial consumidor e de logística de escoamento da produção”, acrescentou Claudio Azevedo.

Em parceria com a Sagrima, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf), fará um projeto de estudo de viabilidade para implantação de um perímetro irrigado em uma área de aproximadamente 5 mil hectares em Vitória do Mearim, onde está previsto o cultivo de arroz e outras culturas.

Também deverão ser adquiridos 300 kits de irrigação que serão doados aos agricultores. Os kits de irrigação, que também serão destinados ao plantio de arroz, possibilitarão o aumento da produção desse grão no Maranhão. Atualmente, a produção local predominantemente realizada por agricultores familiares em sistema de sequeiro, que depende das chuvas e tem baixo grau de tecnologia. ■

UMA LUZ NO FIM DO TÚNEL

Mesmo com projetos atrasados, estatal binacional que pretende lançar foguete ucraniano do CLA, tem capital elevado. Mas há dúvidas sobre sua viabilidade econômica

O aumento do capital da estatal binacional AlcantaraCyclone Space (ACS), anunciado em fins de junho, deu alento ao projeto que se arrasta desde 2003. Atrasado há pelo menos quatro anos, o empreendimento está longe de entrar na fase operacional e há quem questione a viabilidade econômica do projeto espacial. Porém, a injeção de capital pode ajudar o projeto a ser concluído e se tornar operacional.

A ACS nasceu de uma parceria entre o governo do Brasil e da Ucrânia para lançar o foguete lançador de satélites Cyclone IV a partir do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), no Maranhão – um dos dois únicos cosmódromos em operação no Brasil. Segundo o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o capital da ACS foi ampliado de US\$ 498 milhões para US\$ 920 milhões. Os custos desse aumento serão divididos em partes iguais entre os dois países.

De acordo com o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antônio Raupp, o aumento de capital teve que ser feito porque

os recursos destinados às atividades da ACS – que neste primeiro momento seriam usados para desenvolver do foguete Cyclone IV e a construção de uma base de lançamento para o foguete em Alcântara – foram considerados insuficientes.

Hoje, cerca de 40% das obras estão concluídas, porém o foguete ucraniano ainda não passou da fase de projeto para a de desenvolvimento. O Cyclone IV é desenvolvimento da família de foguetes Cyclone, que tem dois outros modelos operacionais – o Cyclone II e Cyclone III – que são apontados como os mais seguros do mundo, já tendo cerca de trezentas missões realizadas com um índice de falha mais baixo do que o já registrado entre os programas especiais em andamento.

O foguete ucraniano usa propelente líquido como combustível (hidrazina misturado com benzina), tecnologia não dominada pelo Brasil, e tem a capacidade de colocar até seis artefatos em órbitas diferentes em um único lançamento. Além disso, pode operar tanto em órbitas baixas quando geoestacionárias, o que é vantagem em relação aos veículos de lançamento espacial hoje em operação, como o norte-americano Delta III e o europeu Arianne V.

Retomada– Com a injeção de novos recursos na ACS, as obras no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) para o Cyclone IV poderão ser retomadas. As obras tinham sido paralisadas por conta da falta de pagamento às empreiteiras, informação que o ministro não confirma.

“As obras não foram paralisadas. Apenas diminuíram de intensidade por causa do regime de chuvas na região. A ACS é devedora às empreiteiras, mas como essas empresas são grandes, as obras não são paralisadas porque se deixou de pagar um mês”, explicou ao Jornal

Valor Econômico.

O aumento de capital e a melhoria da questão meteorológica, na opinião do ministro, devem resolver de vez os problemas relacionados à preparação do cosmódromo brasileiro para operar com o Cyclone IV.

Na época de sua fundação, ainda na primeira década do século, a previsão é que o mercado espacial tivesse uma alta demanda por lançamento de satélites e movimentasse algo em torno de US\$ 50 bilhões por ano.

O projeto não teria concorrentes diretos, porque na época, os cosmódromos com capacidade de lançar foguetes capazes de atingir órbitas geoestacionárias estavam instalados em regiões remotas, como é o caso do Centro de Lançamento de Kourou, na Guiana Francesa, e Baikonour, no Cazaquistão, e não tinham objetivos comerciais.

Além disso, Alcântara era apontada como a melhor posição possível até então para lançar foguetes espaciais, pela sua capacidade de colocar em órbita satélites e experimentos científicos tanto em órbita equatorial quanto polar.

Porém, atrasos de repasses de verba para a aprovação do projeto binacional e problemas com o Tribunal de Contas da União (TCU) impediram que o negócio da ACS se tornasse uma realidade dentro do cronograma originalmente previsto – o primeiro lançamento deveria ter sido feito em 2009.

Concorrência

Atualmente, já há empreendimentos privados para lançamento de satélites tão ou mais bem localizados que o CLA, como é o caso da SeaLaunch, plataforma marítima instalada no Pacífico a partir de uma joint-ventury entre a norte-americana Boeing e empresas russas e ucranianas. Além disso, depois da crise econômica de 2008 que deixou



ARSENAL NACIONAL

Os foguetes que deverão compartilhar a base de Alcântara (MA)

CYCLONE-4

Altura	40 m
Diâmetro na coifa	4 m
Massa na decolagem	193 t
Número de estágios	3
Carga útil	5.600 kg*
Combustível	sólido e líquido

VLS-1

Altura	19,7 m
Diâmetro na coifa	1,2 m
Massa na decolagem	50 t
Número de estágios	4
Carga útil	150 kg
Combustível	sólido

*Em órbitas baixas (700 Km)



o mundo em compasso de espera, a demanda por lançamentos de satélites de comunicação e de sistemas de geoposicionamento, como o europeu Galileu, o cenário não é tão promissor quanto no começo do século.

Hoje, apenas as instalações de apoio no CLA estão prontas, construídas por um consórcio entre Odebrecht e Camargo Corrêa. Ainda falta construir o sítio de lançamento do Cyclone IV propriamente dito.

Já foram investidos cerca de R\$ 420 milhões e ainda estima-se que será necessário desembolsar mais recursos para concluir o projeto da ACS, que inclui um porto para desembarque de produtos espaciais, a plataforma de lançamento e instalações para armazenamento de combustível líquido do foguete ucraniano, além de instalações para manuseio e montagem de artefatos espaciais.

A previsão é que o primeiro lançamento do Cyclone IV seja feito no final de 2014, cerca de 11 anos depois que a parceria foi anunciada.

Segundo estudos feitos pela ACS, a estimativa para lançamento de satélites até 2020 é da ordem de 1.145 operações do tipo, dos quais 244 são satélites comerciais. O objetivo da estatal binacional é de realizar o lançamento de três a quatro satélites por ano, ou seja, cerca de 10% da demanda estimada pelos técnicos da ACS.

“O programa com a Ucrânia se justifica comercialmente por ter a oportunidade de prestar esse serviço de lançamento e por razões estratégicas e de interesse do Brasil de ter em Alcântara dois sítios de lançamento, um para o VLS (foguete de fabricação nacional) e outro para o Cyclone IV”, disse o ministro Marco Antônio Raupp.

Salvaguardas - A operação comercial de lançamentos de satélites em Alcântara, no entanto, depende de um acordo com os

Estados Unidos, já que mais de 80% dos satélites comerciais lançados hoje no mundo são de origem americana. Neste ponto, há outra fragilidade. Em 1999, o governo brasileiro assinou o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, que precisou ser submetido ao Congresso Nacional.

O acordo polêmico foi vetado, em 2002, o que inviabiliza qualquer lançamento de satélites de empresas norte-americanas, uma vez que a Washington não autoriza a saída de satélites para serem lançados em outros países sem este tipo de instrumento jurídico internacional.

O Ministério das Relações Exteriores já retomou as negociações com o governo dos EUA em relação à definição de um novo acordo de salvaguardas tecnológicas. “O acordo (de salvaguardas tecnológicas) do passado está sendo rediscutido em outras condições”, afirmou Raupp.

Com o novo acordo, o negócio da ACS tem mais condições de ser viabilizado, já que os clientes norte-americanos representam uma parcela significativa desse mercado. “Se fizermos acordo com os EUA, não será difícil depois fazer o mesmo com o Japão e a Europa”, disse. O ministro lembra que o Brasil já tem acordos de salvaguarda tecnológica com a Ucrânia e a Rússia.

Com a Ucrânia, especialistas argumentam que o acordo assinado não é vantajoso para o Brasil, porque não permite que o país tenha acesso às tecnologias espaciais associadas ao Cyclone IV, de forma proporcional à participação financeira brasileira no programa.

História

Os primeiros entendimentos começaram com a assinatura do Acordo-Quadro sobre a Cooperação de Usos Pacíficos do Espaço Exterior, em novembro de 1999. Na época,

o Brasil também negociava outros acordos internacionais que poderiam financiar o Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE).

Contudo, a decisão de fundar uma empresa com capital dos dois governos só foi tomada em agosto de 2003 e seria anunciada, coincidentemente, no mesmo dia em que o foguete lançador de satélites nacional, o VLS-1, acabou sofrendo um acidente que deixou 21 mortos.

O Tratado de Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de Lançamento Cyclone IV foi anunciado e assinado em outubro do mesmo ano. Em agosto de 2006, a empresa binacional é constituída.

No ano seguinte, começaram as primeiras obras e a previsão era lançar o protótipo em 2009. Agora, com apenas 40% das obras planejadas concluídas, a melhor previsão para o fim de 2014, ou seja, cinco anos de atraso em relação ao plano original. ■

“As obras não foram paralisadas. Apenas diminuíram de intensidade por causa do regime de chuvas na região”

“O acordo (de salvaguardas tecnológicas) do passado está sendo rediscutido em outras condições”

Marco Antônio Raupp, ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação

NÚMERO

US\$ 920 milhões é o novo capital da ACS

REFORMA PORTUÁRIA

Por mais investimentos, redução de custos e aumento da competitividade do país, novo marco regulatório do setor agrada a indústria brasileira



Concentração das licitações no governo federal, ampliação da oferta para a praticagem, operação de cargas de terceiros nos terminais privados localizados fora dos portos públicos e alteração do critério de licitantes vencedoras para ‘maior eficácia’ e ‘menor custo no transporte da carga’ são algumas das mudanças introduzidas pela Lei dos Portos (12.815/2013). A previsão é que sejam direcionados à administração da iniciativa privada 159 terminais em todo o país. Para o Nordeste foram anunciados três Terminais de Uso Privativo (TUPs), num aporte de R\$ 4,5 bilhões, mas nenhum no Maranhão. O estado possui, no porto público do Itaqui, 13 áreas arrendáveis e 19 arrendadas, das quais sete não podem mais ter seus contratos prorrogados.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga Andrade,

em entrevista exclusiva à revista Maranhão Industrial nesta edição, disse que as mudanças trazidas com a nova legislação apontam para um cenário de aumento da competitividade do país e que isso significa a melhora da capacidade de concorrer para a maior parte dos segmentos industriais, em especialmente aqueles ligados ao comércio exterior. A abertura de mercado para investimentos em terminais privados e o fim da distinção entre carga própria e de terceiros, segundo a CNI, são partes de um marco regulatório moderno.

O Maranhão possui o segundo maior complexo portuário do país em movimentação de cargas, ultrapassando a marca de mais de 130 milhões de toneladas no ano passado. Entre os portos privados da Alumar e de Ponta da Madeira, da mineradora Vale, está o porto público do Itaqui. Para o presidente

da Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), Luiz Carlos Fossati, o novo marco regulatório não gera concorrência desleal entre portos públicos e privados, mesmo estes últimos não sendo obrigados a contratar trabalhadores do Órgão Gestor de Mão-de-Obra Avulsa (Ogmo).

“Essa concorrência é benéfica para a balança comercial brasileira porque pode causar diminuição dos custos das empresas transportadoras. Essa mudança (contratação de trabalhadores por meio da Consolidação das Leis Trabalhistas e não por meio do Ogmo) é positiva para a cadeia logística do país, uma vez que impacta na redução dos custos operacionais”, frisou. No entanto, Fossati considera como desafio o ‘governo equacionar a distorção provocada pela diferenciação na contratação dos trabalhadores’.

Outro impacto direto nos portos públicos, num total de 29 em todo o país, é que com a nova legislação os portos administrados por empresas estaduais – como é o caso do Itaqui- perdem a autonomia para elaborar licitações e definir tarefas. Isso frustra em parte os planos locais em conduzir dois novos projetos nos mesmos moldes da licitação bem-sucedida do Terminal de Grãos do Maranhão (Tegram), que tem previsão de entrar em operação em 2014. São eles: Terminal de Celulose e de Fertilizantes. Agora essa competência está a cargo da Agência Nacional de Transporte Aquaviário (Antaq) e da Secretaria Especial de Portos, vinculada à Presidência da República. Isso poderá representar mais tempo na condução dos processos, já que os órgãos federais terão que atender a demanda de todo o país. ■



INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA NO PAÍS TEM PÉSSIMA AVALIAÇÃO

Entre 14 países selecionados por suas características econômicas e sociais, o Brasil ficou em 13º lugar geral. O estudo intitulado 'Competitividade Brasil 2012' foi realizado pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e demonstra que no quesito 'infraestrutura portuária' o Brasil ocupa a última posição. Com a aprovação da proposta da presidente Dilma Rousseff, que vetou várias emendas dos parlamentares, a CNI defende que o país pode avançar em questões como a transferência para a iniciativa privada das atuais administrações portuárias ligadas a governos, dando aos portos mais agilidade, custos enxutos e mais competitividade ao país em relação àqueles com portos com padrões internacionais.

Em 2007, um outro estudo da Confederação já apontava as lacunas do atual sistema portuário brasileiro e o que deveria ser feito para preencher esses espaços vazios que acabam por deixar o país mais lento e sem condições de concorrer com países que disputam um mesmo mercado. "Reforma Portuária: o que falta fazer?", já mostrava a deficiência dos portos organizados, trazia proposta de modelos de administrações portuárias e de reestruturação do setor.

Com a chamada Lei dos Portos (8.630/93), já houve a transferência de terminais

administrados pelo poder público à iniciativa privada, gerando aumento da concorrência e redução de custos. No entanto, para a CNI, a maioria das administrações portuárias convive com baixo grau de eficiência. Com o novo marco regulatório, que ainda precisa de aprovação final do Congresso, a CNI espera que as administrações públicas sejam transferidas à iniciativa privada para que os portos nacionais sejam modernizados com padrões internacionais. Seria um avanço à legislação de 1993.

Em comparação com outros 13 países, o Brasil foi mal. Foram analisados oito fatores, 16 subfatores e 51 variáveis. No geral, o Brasil só ficou à frente da Argentina. Canadá, Coréia do Sul, Austrália e China estão entre os países mais competitivos do grupo. O melhor desempenho do país foi em 'disponibilidade e custo da mão de obra', quesito que o país ocupa a 4ª posição. Mas quando desmembrado o quesito 'custo da mão de obra', a análise é a pior dentro do estudo. Já 'tecnologia e inovação' ocupa um grupo intermediário, na 7ª posição. A questão 'portuária', que ocupa a 14ª posição, piorou em relação ao mesmo estudo realizado em 2010. ■

PONTOS IMPORTANTES DA LEI DOS PORTOS

- O governo federal fará chamadas públicas, e não mais licitação, para que a iniciativa privada assuma 159 terminais portuários no país, a maioria na região Norte;
- Antes da nova legislação, ganhava a licitação a empresa que pagasse o maior valor pela concessão do serviço portuário. Os novos arrendamentos serão definidos com base no princípio da maior eficácia e do menor custo no transporte da carga;
- Cargas próprias e de terceiros poderão continuar a ser operadas nos terminais privados localizados dentro de portos públicos;
- Os terminais privados localizados fora dos portos públicos, que geralmente operavam apenas carga própria, poderão movimentar carga de terceiros;
- Nos portos públicos, a contratação de estivadores e outros trabalhadores portuários continuará a ser

intermediada pelo Órgão Gestor de Mão de Obra (OGMO);

- Já nos terminais privados, a contratação desses trabalhadores será por meio da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT);
- As licitações, arrendamentos e concessões nos portos organizados serão concentrados no governo federal;
- Regulamenta o funcionamento dos portos 24 horas;
- Amplia a oferta de praticagem
- Os contratos de exploração dos terminais feitos antes de 1993 não serão renovados.
- Os contratos que foram celebrados depois de 1993 só serão renovados se forem de interesse do governo.

QUADRO DE ÁREAS ARRENDADAS NO PORTO DO ITAQUI

* Contratos vencidos

ARRENDATÁRIO ATUAL	ÁREA (m ²)
Petróleo Brasileiro S.A – Petrobrás*	24.600
Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB*	18.388
Granel Química Ltda.	32.814
Petróleo Sabbá S/A*	13.327
Petróleo Sabbá S/A*	15.556
Petróleo Sabbá S/A	4.725
IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A.*	9.266
IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A.*	11.754
Pedreiras Transportes do Maranhão Ltda.	11.931
VALE S.A	53.600
Moinhos Cruzeiro do Sul S/A*	8.279
Companhia Operadora Portuária do Itaqui - COPI	16.000
TEMMAR - Terminal Marítimo do Maranhão Ltda.	8.812
TEMMAR - Terminal Marítimo do Maranhão Ltda.	15.758
TEMMAR - Terminal Marítimo do Maranhão Ltda.	27.838
Terminal Corredor Norte S.A.	40.327
Glencore Serviços e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.	40.327
Corredor Logística e Infraestrutura S.A.	40.327
Amaggi & LD Commodities Terminais Portuários S.A.	40.327

Fonte: Emap

QUADRO DE ÁREAS ARRENDÁVEIS NO PORTO DO ITAQUI

NOME DA ÁREA	TAMANHO DA ÁREA (M ²)
TERMINAL DE PELLETS E CELULOSE	178.000,00
TERMINAL DE FERTILIZANTES - TEFEM	80.000,00
A - 04	22.000,00
A - 01	23.032,71
A - 03	19.477,68
A - 05A	14.145,96
A - 05B	10.542,22
A - 07	4.549,32
A - 08	11.367,02
A - 09	20.719,77
A - 10	6.577,57
A - 15A	38.142,70
A - 15B	49.500,97

Fonte: Emap

O DESAFIO DE PRESERVAR, TORNAR COMPETITIVO E SUSTENTÁVEL O MAIOR BIOMA DO MUNDO.

O Maranhão é um dos nove estados da Amazônia Legal. Junto com os demais – Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins – tem o compromisso de consolidar, ainda em 2013, uma proposta regional, de base científica e tecnológica, para o desenvolvimento da Amazônia. O instrumento deve conter diretrizes capazes de tornar, ao longo de médio e longo prazos, mais competitiva e sustentável toda a região da área florestal com a maior biodiversidade do planeta que concentra maior extensão no Brasil.

O Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para a Amazônia (PCTI/Amazônia) pretende reunir soluções inovadoras que

aproveitem concretamente toda a biodiversidade existente a fim de alavancar a região, enfrentando problemas históricos sociais, econômicos e ambientais, que são comuns a todos os estados que possuem área territorial dentro do bioma.

Dentre os principais eixos discutidos para geração de propostas estão questões como infraestrutura para viabilização do plano nos estados da Amazônia, qualificação profissional para formação de pessoas em toda a região, especialmente para atuar em Ciência, Tecnologia e Inovação, assim como a implementação de novos polos de inovação e consolidação dos já existentes.



A elaboração do documento que deve nortear as ações para o desenvolvimento da Amazônia até 2020 está sob a responsabilidade técnica do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e foi concebido a partir da demanda dos nove secretários de estado de Ciência e Tecnologia da Amazônia Legal em reunião do Conselho Nacional de Secretários para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (Consecti), em 2010, com a participação também das Fundações de Amparo à Pesquisa.

“Isso significa que o plano já nasce diferente, de baixo para cima e não o contrário. Nasce de um conjunto de atores regionais que produziram

um documento e bateram à porta do Ministério (de Ciência, Tecnologia e Inovação) para pedir apoio para desenvolvê-lo”, contou o líder da ação pelo CGEE, o assessor Henrique Vila. O CGEE é uma associação civil sem fins lucrativos que tem por finalidade a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico.

Para desenvolver os pontos comuns, a entidade promoveu diálogos nos estados, o que começou a acontecer no ano passado. As chamadas rodadas de consulta para a formulação do plano reuniram representantes dos governos federal, estadual e municipal, de entidades empresariais, além de instituições que atuam

em frentes científicas em todo o país. Na ocasião, cada unidade da federação que integra a Amazônia Legal apresentou propostas que consideraram pertinentes para o desenvolvimento de toda a região conjuntamente.

O Maranhão apresentou quatro propostas para o PCTI/Amazônia na rodada de consulta ocorrida no primeiro trimestre de 2013 em São Luís: o Projeto Infovias, o Projeto Maranhão Profissional, o Centro de Pesquisa em Corrosão e o Polo Tecnológico (Cidade Empresarial).

O primeiro deles, o Projeto Infovias, prioriza a integração digital do estado, inclusive dos municípios que integram a região amazônica. Consiste em uma rede de fibra ótica de alta velocidade para ser utilizada com serviços de tecnologia da informação (TI), internet, voz, sem interferência de outros dados na rede de transmissão. Interligará, inicialmente, os municípios da Grande São Luís (São José de Ribamar, Raposa, Paço do Lumiar, Alcântara, Bacabeira, Rosário, Santa Rita e São Luís). Em seguida, será a vez de Imperatriz e todas as cidades da rota (até 50 km), como Presidente Dutra, Grajaú, Barra do Corda e adjacentes. Abraçará ainda os municípios da Baixada Maranhense (São Bento, Viana, Pinheiro, São Vicente Ferrer, Arari, entre outros) e, por fim, todo sul do Maranhão.

Para o secretário adjunto de Estado de Ciência e Tecnologia do Maranhão, Oswaldo Saavedra, o projeto pretende, dentre outros aspectos, otimizar a gestão do estado, além de

servir de instrumento para o monitoramento ambiental.

“O projeto vai integrar escolas, redes de hospitais, delegacias, o que impactará na melhor gestão dessas áreas pelo Estado, na melhoria da qualidade nos hospitais nos municípios, na aproximação, na fiscalização, assim como nas questões ambientais”, disse o secretário.

O projeto vai ao encontro do que está sendo pensado para a região, acredita o líder do PCTI/Amazônia, Henrique Vila. Segundo ele, para que se possa desenvolver o plano, é preciso ter gente, instituição e infraestrutura adequadas. “Para produção de conhecimento, tecnologia e inovação é preciso ter energia, ter conectividade. Não dá pra passar um expediente inteiro para concluir um download”, exemplificou.

Como o Infovias, o Centro de Pesquisa em Corrosão foi apresentado como proposta para compor o PCTI. “O colapso que tivemos no aeroporto de São Luís recentemente foi causado pela corrosão da estrutura. É um problema que causa muitos prejuízos ao segmento da Construção Civil”, disse o secretário Saavedra, referindo-se ao desabamento do teto do aeroporto de São Luís, o que levou meses para ser reformado, causando muitos transtornos aos passageiros que embarcavam e desembarcavam no único aeroporto da cidade.

O centro de pesquisa tem a proposta de enfrentar esse problema que tem impacto financeiro e social. “Para a Baixada Maranhense, por exemplo, um centro de pesquisa em corrosão é

uma ação importante, considerando que também afeta as embarcações, principal instrumento de trabalho da comunidade pesqueira, atividade que movimentava a economia daquela região”, reforçou.

Para a presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema), Rosane Guerra, que participou ativamente da formulação da versão inicial do PCTI, os projetos apresentados pelo Maranhão são viáveis e com uma visão integrada. “Eles foram elaborados para o desenvolvimento de toda a região da Amazônia e não somente do Maranhão”, frisou.

Além dos já mencionados, o projeto para utilização de prédios do Centro Histórico de São Luís para instalação de incubadoras de empresas nas áreas de energias renováveis, automação, petróleo e gás também foi apresentado para o PCTI, assim como o Maranhão Profissional, para capacitação de técnicos para atuarem na construção dessa nova Amazônia.

A primeira versão do plano deverá ser discutida novamente com os estados entre a segunda quinzena de agosto e primeira quinzena de setembro. A ideia é que o plano esteja consolidado até o final do ano, conforme cobrou recentemente o ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp. “Estamos construindo com muito cuidado, mas até final de outubro, começo de novembro, já estaremos com uma versão preliminar para entregar aos governadores dos nove estados”, disse o representante do CGEE, Henrique Vila. ■



Informações do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe) apontam que houve uma queda significativa na área desmatada na Amazônia Legal nos últimos anos. O último levantamento aponta redução de 27% entre no biênio 2011-2012 em relação ao período anterior avaliado (2010-2011). Dos nove estados que fazem parte da Amazônia Legal, o Pará foi o que mais desmatou, com 1.699km² de área destruída, seguido de Mato Grosso e Rondônia. O Maranhão aparece na 6^a colocação, com 267km² de desmatamento.

Cenário macro externo e nacional obriga a repensar estratégias da indústria

*Felipe de Holanda**

A economia maranhense cresceu mais que a economia nordestina e a brasileira na década de 2000. Contribuiu para este dinamismo uma combinação de fatores externos e internos. No front externo, o crescimento anual da economia chinesa à taxa de dois dígitos, aliado à expansão de liquidez norte-americana, deram lugar a um ciclo de valorização das commodities minerais e agrícolas que compõem mais de 90% das exportações maranhenses.

No plano interno, em um cenário de estabilidade inflacionária e taxas de juros reais decrescentes, figuraram a expansão das transferências constitucionais e dos desembolsos do Programa Bolsa Família, a expansão do crédito em várias modalidades e a combinação de um conjunto de investimentos públicos e privados, especialmente nos segmentos de petróleo, gás e energia, logística, mineração e agronegócios. Neste período, o desempenho da indústria maranhense foi portentoso – o setor cresceu à taxa média anual de 4,4%, com elevação do emprego de 4,0% ao ano.

A partir da crise financeira internacional e especialmente meados de 2011, entramos em uma conjuntura bem menos favorável. No plano externo, a China registra preocupante desaceleração da atividade, levando as cotações das commodities minerais a recuarem para níveis de 2005/2006, enquanto que a recém-esboçada recuperação da economia norte-americana foi suficiente para inverter a direção do fluxo de capitais. O Brasil passou a integrar este grupo: a deterioração das contas fiscais, o atraso nos investimentos em infraestrutura, a elevação da inflação e a deterioração das contas externas são fatores que amplificam os impactos negativos vindos do front externo (o oposto da teoria “marolinha”, de quatro anos atrás).



Neste cenário a economia maranhense, uma das mais vulneráveis ao ciclo internacional, tenderá a andar mais devagar. O setor industrial, por conseguinte, enfrentará grandes desafios para manter a rota de crescimento registrada na última década. Uma inspeção na evolução dos indicadores do PIB e do emprego industriais na última década mostra que os segmentos da Construção Civil e Extrativa Mineral registraram expressivo crescimento, mas apresentaram uma pequena elasticidade - produto da ocupação (% de contratações para cada 1% de crescimento do PIB do segmento), enquanto que a Indústria de Transformação (o segmento que possui a mais elevada elasticidade produto da ocupação) registrou decréscimo de 3% ao ano em seu produto.

Em uma conjuntura externa desfavorável, o desafio mais importante será criar condições para o crescimento sustentado da Indústria de Transformação, exatamente aquela com maior poder de geração de empregos e de adensamento das cadeias produtivas. Novos fatores entraram em campo, alterando radicalmente a atratividade do subsetor em áreas como geração de energia e logística. Tais fatores deverão se materializar em um horizonte de cinco a 10 anos.

É necessário pensar estrategicamente para aproveitar as sinergias que advirão dos novos fatores de competitividade mencionados. Isto significa planejar para um horizonte mais longo que o habitual, para muito além do calendário político-eleitoral. ■

**Professor de Economia e doutorando do Programa de Políticas Públicas - UFMA.*

Simplifique a adoção de uma rede social corporativa na sua empresa

*Radamés Martini**

As redes sociais corporativas estão ganhando cada vez mais espaço em empresas que buscam mais colaboração interna, inovação e produtividade. Até alcançar essas vantagens, as organizações costumam passar por um processo de implantação que pode ser mais rápido ou demorado, dependendo da cultura organizacional da empresa. Este processo pode ser simplificado por meio de algumas práticas de incentivo que serão abordadas a seguir.

O primeiro passo é muito importante e trata do planejamento da implantação desta nova tecnologia. É importante conhecer o público alvo desta solução e como ela poderá ajudar essas pessoas nas suas tarefas cotidianas. Inserir a ferramenta aos poucos também é uma boa estratégia. É possível identificar o público que tende a usar mais o sistema - um núcleo de gestores, gerentes ou até mesmo uma diretoria - e então esta equipe poderá explorar e alimentar melhor a rede social corporativa e aproveitar, antes que seja expandida para os demais setores da organização. Assim, cria-se entusiastas da ferramenta, que vão recomendá-la para os colegas.

O marketing interno é uma estratégia fundamental para alcançar novos usuários, com o principal objetivo de apresentar as vantagens da nova solução. As campanhas devem ser focadas nos benefícios da rede social corporativa para a organização e para o dia a dia de trabalho. Neste contato com os possíveis usuários, é preciso explicar como acessar a nova ferramenta e quais são as regras de comportamento dentro da rede.

Outro aspecto muito importante é designar um colaborador com um perfil mais colaborativo e entusiasta para ajudar o corpo funcional a entender as funções e benefícios do sistema. Além de garantir a satisfação dos usuários, esse profissional pode mediar debates



gerados dentro da ferramenta, orientando-os para os interesses da organização, ou até sugerir assuntos para discussão interna, iniciativas que tendem a movimentar bastante a rede.

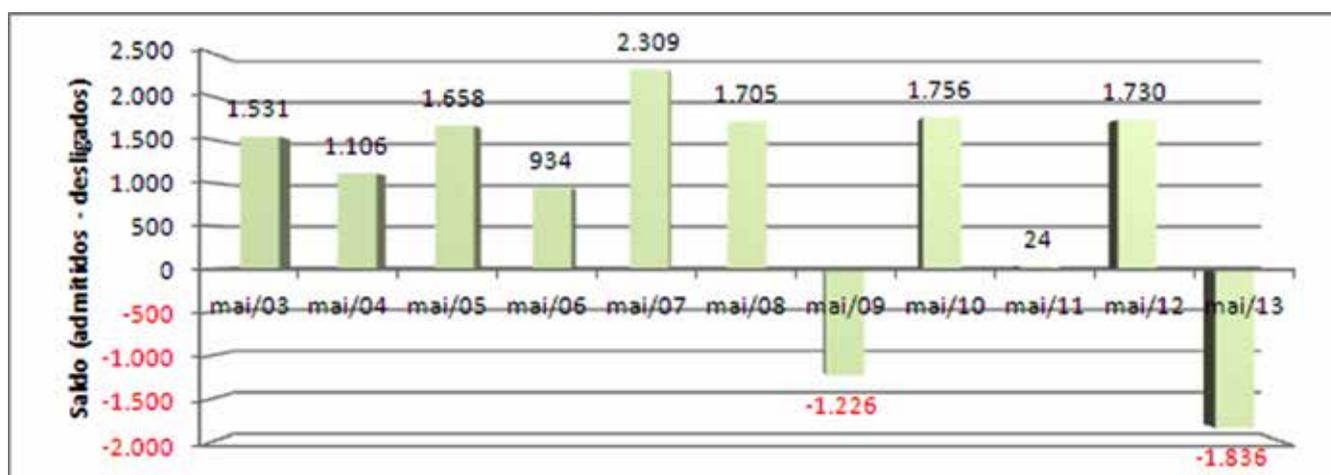
Os gestores são peças-chave no processo de engajamento. Pequenas ações servem como exemplo e ajudam a disseminar a cultura de colaborativismo. Para que a adesão à ferramenta seja mais rápida, os gestores podem promover debates pela rede, ao invés de utilizar o e-mail, por exemplo. A conversa tende a fluir rapidamente, sem congestionar a caixa de entrada de ninguém.

Saber ouvir o feedback dos usuários auxilia muito na adequação da ferramenta às reais necessidades das organizações e seus funcionários. Por isso, é importante manter um canal aberto para que os funcionários se manifestem a respeito da rede, por onde poderão chegar sugestões muito ricas, que contribuirão para a implantação, consolidação e efetividade da rede social corporativa na empresa.

De modo geral, o sucesso de uma rede social corporativa depende dos caminhos percorridos no seu processo de implantação. Diante disso, definir estratégias como as apresentadas acima para incentivar o engajamento e consequente adesão dos colaboradores é um verdadeiro diferencial para o seu sucesso. Investir em um processo bem planejado garante a eficiência dessa ferramenta e, principalmente, traz melhorias para a motivação de seus funcionários e na competitividade de seu negócio. ■

**Diretor Executivo da SocialBase*

EXPANSÃO DE 1,29% NA GERAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO COM CARTEIRA ASSINADA

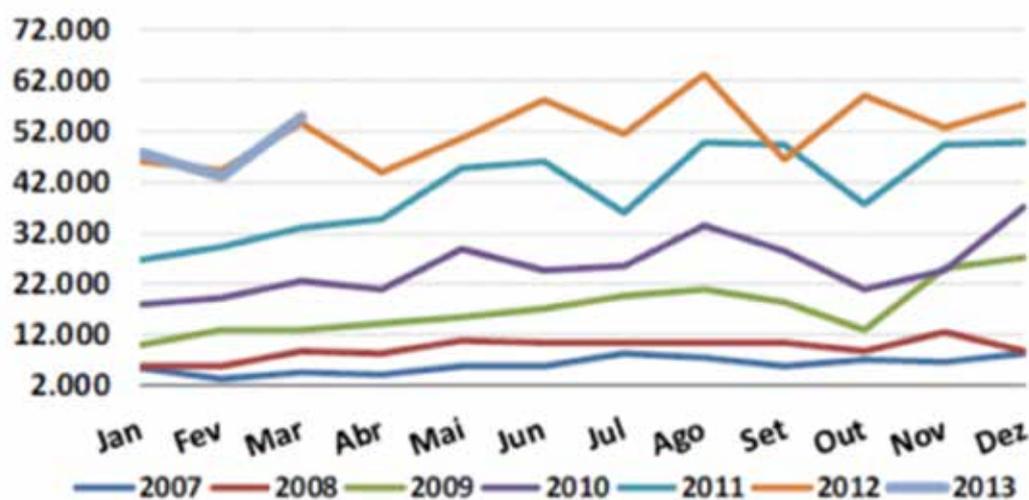


De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em maio foram eliminados 1.336 empregos celetistas, o equivalente a 0,41% em relação ao estoque de assalariados com carteira assinada no mês anterior. O gráfico mostra, já com ajustes, a comparação

com os meses de maio de 2003 a 2013, sendo este último o pior resultado da série. Construção Civil, Indústria Agropecuária e Indústria de Transformação foram os setores que mais contribuíram para esse resultado da retração. Ainda assim, a expansão nos últimos 12 meses foi de 1,29%.

FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO COMEÇA 2013 A PASSOS LENTOS

Gráfico - Total de financiamentos para aquisição de imóveis no Maranhão, valores constantes em Mil Reais* - 2007 a 2013



Fonte: BACEN *Inflacionado pelo INPC acumulado até mar/13

Nota de Conjuntura Econômica publicada pelo Instituto Maranhense de Assuntos Socioeconômicos e Cartográficos (abril/maio – 2013) dão conta de que o ano corrente está longe do recorde vivido em 2012 para os financiamentos imobiliários

no estado. Levando-se em conta o primeiro trimestre do ano, o volume foi 1% maior do que o registrado no mesmo período do ano passado, mas está longe das médias nacional (22,7%) e no Nordeste (22,8%).

REINVENTANDO A COMIDA MARANHENSE

Releitura de pratos tradicionais é tendência nos restaurantes de São Luís e tem aprovação dos turistas

São Luís – O São João é a principal festa folclórica do estado, mas é a culinária do período que acaba sendo uma das vedetes do Maranhão, tanto para quem mora e come aqui todos os dias, como para os preciosos e curiosos turistas que chegam ávidos por interagir e envolver-se no turbilhão cultural, seja rítmico ou gastronômico, que o estado oferece em junho.

Para os de fora e para os locais, os pratos típicos tem se apresentado um tanto diferentes na última década. Não que pratos típicos como,

arroz de cuxá ou o peixe frito, os sucos da terra, de bacuri e cupuaçu, tenham perdido espaço para novidades estrangeiras. Eles continuam na lista top de quem conhece ou quer conhecer os sabores do Maranhão, porém há novidade na terra onde canta o sabiá.

O fator novo na culinária maranhense é a união dessas delícias com a criatividade dos chefs de cozinha. Novos pratos, modernos, adaptados e que seguem determinadas técnicas de cocção, estão nascendo, mudando os cardápios regionais e agradando paladares.



Um exemplo é o que faz uma casa de massas localizada na área litorânea da cidade. Dentre espaguete, calzones e lasanhas tradicionais, uma pizza tem como ingredientes principais, a carne do caranguejo e a vinagreira. “Nossa proposta, desde o início, foi unir a qualidade italiana e a criatividade maranhense e, assim, elaboramos uma pizza com ingredientes regionais muito apreciada pelos nossos clientes”, afirmou Mario Cella, proprietário do estabelecimento.

A especialidade, batizada de Delícia do Mangue, ficou entre as nove pizzas mais originais do país na etapa regional da III Copa Brasileira de Pizzaria, realizada há três anos, e levou o proprietário e seu time de chefs a pensar em outros pratos e novas releituras, como a pizza de camarão com rúcula, a pizza de cuxá e massas com ingredientes maranhenses. “O público do sul e do sudeste consome bastante. Tem muita saída”, garantiu.

A repaginação de pratos típicos não é exclusividade do Maranhão. Segundo Allan Patrício, chef de cozinha de dois restaurantes contemporâneos em São Luís, as releituras são tendência nacional. “É o resgate da culinária regional, onde se valoriza o prato típico e essa nova forma de apresentá-lo. Em Belém, tem pizza de jambo, em Natal, pizza de carne de sol, e a culinária maranhense é riquíssima e ainda tem muito a explorar”, explicou.

Uma das especialidades de Allan é o peixe tucunaré com risoto de cuxá, um prato que mistura as influências da culinária do Maranhão, herança miscigena de africanos e índios, franceses e portugueses, com a arte italiana de utilizar muito queijo e muita manteiga nas comidas. “A contemporaneidade está aí, na mistura dessas técnicas. Estou sempre



namorando a cozinha maranhense nos pratos que preparo”, brincou.

A tendência apontada pelo chef é encontrada também em sala de aula. O coordenador do curso de Gastronomia de uma universidade particular em São Luís, Wadih Aboud, chef especializado em cozinha francesa pelo Instituto Allan Ducaffé, da França, diz que os alunos tem amplo e livre espaço para criar, mas defende que os pratos tradicionais devem ter sua identidade preservada.

“Os pratos clássicos não devem ser mudados e continuar com o mesmo nome. Um cuxá feito com espinafre não é cuxá. Cuxá é feito com vinagreira. Os chefs devem usar sua criatividade e ter a liberdade de dar novos nomes as suas obras”, explicou o acadêmico.

Wadih disse também que o estudo das técnicas é fundamental para que essa releitura saia bem feita. “Até um picadinho de carne pode ser considerado um prato da alta gastronomia, basta que em sua elaboração, sejam seguidas as regras básicas, que são: usar matéria prima de primeira qualidade, aplicar corretamente as técnicas de cocção e ter respeito ao produto. Tudo isso somado à criatividade do chef”, enumerou.

Ainda seguindo as releituras, no Maranhão, o programa do Serviço Social da Indústria (Sesi), o Sesi Cozinha Brasil, também faz adaptações nos pratos com itens da culinária local.

O programa ensina a população a preparar alimentos sem desperdício, de forma inteligente, utilizando, inclusive cascas e sementes no preparo de comidas.

“Principalmente nas receitas que usam folhas e ramas, substituímos os ingredientes pela nossa vinagreira, pelo jongome”, conta a nutricionista Roberta Rodrigues Ribeiro, supervisora do programa. Segundo ela, a proposta é, no futuro, adaptar todo o livro de receitas nacionais do Cozinha Brasil à culinária maranhense. “Outros estados já fizeram isso e deu muito certo”, avaliou.

O publicitário manauense Fábio Santos, que mora no Rio de Janeiro, esteve pela primeira vez em São Luís este ano trazido pelos amigos maranhenses para a temporada junina. Entre um caranguejo “toc-toc” e outro, Fábio contou o quanto foi fácil se adaptar à cozinha estadual e que adora provar pratos típicos quando viaja. “Qualquer variação é bem-vinda. Comería sim uma pizza de caranguejo”, confessou o turista.■

ONDE ENCONTRAR?

Pizzaria Maggiorasca
Av. Litorânea, 11 - Calhau
(98) 3248-0940

Thai Cozinha Contemporânea e Japonesa
Avenida Avicênia, 18, qd 18 – Calhau
(98) 3227-0423

Restaurante Feijão de Corda - Olho d'Água
Avenida dos Holandeses, lote 02, 3, Olho d'Água.
(98) 3233-4717 / 3235-7880 / 3248-2282

Cabana do Sol Praia
Av. Litorânea, 10 - Calhau
(98) 3227-3794

Sempre volta

AGILIDADE. DESTREZA. PRECISÃO. ARTE. PAIXÃO. PEGAMOS
EMPRESTADAS ALGUMAS DAS CARACTERÍSTICAS DO
BUMERANGUE PARA TRANSMITIR AOS NOSSOS CLIENTES
ALGUNS DOS NOSSOS VALORES. O RETORNO PARA O CLIENTE É
PROPORCIONAL AO NOSSO. SEMPRE VOLTA.



A EMPRESA QUE FAZ A REVISTA MARANHÃO INDUSTRIAL

portal-com@msn.com



INOVAÇÃO E QUALIDADE PARA A INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO

Para melhorar a qualidade dos produtos e a produtividade da indústria da construção civil, o SENAI oferece soluções tecnológicas em serviços de consultoria, pesquisa e desenvolvimento, ensaios laboratoriais e certificação de pessoas, por meio de uma competente equipe técnica.

Serviços oferecidos:

- Controle tecnológico de produção de concreto
- Implantação do programa SIAC (PBQP-H)
- Gestão de resíduos sólidos
- Racionalização de canteiro de obras
- Determinação de traços de concreto e argamassa por dosagem racional
- Implantação de produção mais limpa
- Consultoria para elaboração de projetos sustentáveis (Selo Azul da Caixa)

Peça mais informações! Ligue (98) 2109-1872 ou acesse www.fiema.org.br.